

## ARQUITETURA DA GOVERNANÇA EDUCACIONAL GLOBAL: O PAPEL INTERVENTOR DO BANCO MUNDIAL E A AGENDA GERENCIALISTA CONTEMPORÂNEA

ARCHITECTURE OF GLOBAL EDUCATIONAL GOVERNANCE: THE INTERVENTIONAL ROLE OF THE WORLD BANK AND THE CONTEMPORARY MANAGERIALIST AGENDA

ARQUITECTURA DE LA GOBERNANZA EDUCATIVA GLOBAL: EL PAPEL INTERVENTOR DEL BANCO MUNDIAL Y LA AGENDA GERENCIALISTA CONTEMPORÂNEA

Carlos Alberto Marçal Gonzaga<sup>1</sup>, Daniele Loboda Cordeiro<sup>2</sup>, Reginaldo Martins Cordeiro<sup>3</sup>

DOI: 10.54899/dcs.v23i88.4866

Recibido: 03/02/2026 | Aceptado: 26/02/2026 | Publicación en línea: 06/03/2026.

### RESUMO

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, cujo objetivo central é analisar as intenções, estratégias e o papel desempenhado pelo Banco Mundial na consolidação e difusão do modelo gerencialista de Estado no campo educacional, especialmente no contexto das reformas implementadas nas últimas décadas. A pesquisa parte do pressuposto de que as transformações nas políticas públicas educacionais não ocorrem de forma isolada, mas estão inseridas em um movimento mais amplo de reestruturação do Estado, fortemente influenciado por organismos multilaterais. O desenvolvimento do estudo fundamenta-se na análise crítica de produções teóricas que problematizam o neoliberalismo, a gestão por resultados e a redefinição das funções estatais, bem como na investigação de documentos institucionais produzidos pelo Banco Mundial, nos quais se explicitam diretrizes, recomendações e estratégias de financiamento voltadas ao setor educacional. A partir dessa base analítica, busca-se compreender como tais orientações impactam a formulação e a implementação de políticas educacionais em diferentes países. Os resultados evidenciam que as reformas educacionais vêm se configurando em escala global, tendo esse organismo como protagonista na indução de agendas, na definição de prioridades e na disseminação de um modelo de gestão orientado por eficiência, desempenho e accountability, assumindo, assim, papel decisivo como agente interventor nas políticas educacionais contemporâneas.

**Palavras-chave:** Banco Mundial. Governança Educacional. Gerencialismo. Políticas Educacionais. Capital Humano.

<sup>1</sup> Doutor em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Paraná, Irati, Paraná, Brasil.

E-mail: ppdc\_gonzaga@yahoo.com

<sup>2</sup> Mestre em Educação, Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), Guarapuava, Paraná, Brasil. E-mail: dani18loboda@gmail.com

<sup>3</sup> Mestre em Desenvolvimento Comunitário, Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), Guarapuava, Paraná, Brasil. E-mail: reginaldo\_rmc@hotmail.com

## ABSTRACT

This is a qualitative study of a bibliographic and documentary nature whose central objective is to analyze the intentions, strategies, and role played by the World Bank in the consolidation and diffusion of the managerial model of the State within the field of education, particularly in the context of reforms implemented over recent decades. The research is grounded in the assumption that transformations in public educational policies do not occur in isolation, but are embedded in a broader movement of State restructuring, strongly influenced by multilateral organizations. The development of the study is based on a critical analysis of theoretical works that problematize neoliberalism, results-based management, and the redefinition of state functions, as well as on the examination of institutional documents produced by the World Bank, in which guidelines, recommendations, and financing strategies directed toward the educational sector are made explicit. Based on this analytical framework, the study seeks to understand how such orientations impact the formulation and implementation of educational policies in different countries. The findings indicate that educational reforms have been configured on a global scale, with this organization acting as a central protagonist in agenda-setting, priority definition, and the dissemination of a management model oriented toward efficiency, performance, and accountability, thereby assuming a decisive role as an intervening agent in contemporary educational policies.

**Keywords:** World Bank. Educational Governance. Managerialism. Educational Policies. Human Capital.

## RESUMEN

Se trata de un estudio de enfoque cualitativo, de carácter bibliográfico y documental, cuyo objetivo central es analizar las intenciones, las estrategias y el papel desempeñado por el Banco Mundial en la consolidación y difusión del modelo gerencialista de Estado en el ámbito educativo, especialmente en el contexto de las reformas implementadas en las últimas décadas. La investigación parte del supuesto de que las transformaciones en las políticas públicas educativas no ocurren de manera aislada, sino que se inscriben en un movimiento más amplio de reestructuración del Estado, fuertemente influenciado por organismos multilaterales. El desarrollo del estudio se fundamenta en el análisis crítico de producciones teóricas que problematizan el neoliberalismo, la gestión por resultados y la redefinición de las funciones estatales, así como en el examen de documentos institucionales elaborados por el Banco Mundial, en los que se explicitan directrices, recomendaciones y estrategias de financiamiento orientadas al sector educativo. A partir de este marco analítico, se busca comprender cómo tales orientaciones inciden en la formulación y en la implementación de políticas educativas en distintos países. Los resultados evidencian que las reformas educativas se han configurado a escala global, teniendo a este organismo como protagonista en la definición de agendas, el establecimiento de prioridades y la difusión de un modelo de gestión orientado a la eficiencia, el desempeño y la rendición de cuentas, asumiendo así un papel decisivo como agente interventor en las políticas educativas contemporáneas.

**Palabras clave:** Banco Mundial. Gobernanza Educativa. Gerencialismo. Políticas Educativas. Capital Humano.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

## INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, a educação brasileira tem sido objeto de sucessivas reformulações normativas e institucionais, expressas em documentos legais, diretrizes curriculares e políticas públicas que orientam a organização e o funcionamento do sistema educacional. Essas modificações apresentam distintos graus de profundidade, variando entre ajustes pontuais e reformas de caráter estrutural, capazes de redefinir significativamente os rumos do ensino nacional e a própria função social da educação. Longe de se constituírem como processos neutros, tais mudanças estão inseridas em um contexto mais amplo de reconfiguração do Estado, marcado por transformações políticas, econômicas e sociais que incidem diretamente sobre a gestão das políticas públicas.

Nesse cenário, constata-se que grande parte das reformas educacionais implementadas no país tem sido influenciada por agendas externas, especialmente aquelas formuladas por organismos internacionais que passam a exercer papel estratégico na definição de prioridades estatais. Tais influências se materializam por meio de recomendações técnicas, financiamentos condicionados e diretrizes que orientam a elaboração e a implementação de políticas educacionais, contribuindo para a disseminação de determinados modelos de gestão, currículo e avaliação.

Embora essas reformas alcancem diferentes esferas da administração pública, este estudo vem trazer uma análise das intervenções direcionadas especificamente ao campo educacional, com ênfase na atuação do Banco Mundial enquanto organismo internacional de significativa relevância no contexto das políticas educacionais brasileiras. Parte-se do pressuposto de que a atuação dessa instituição ultrapassa o caráter meramente financeiro, configurando-se como um agente político que interfere nos processos decisórios do Estado, especialmente no que se refere à formulação de reformas e à redefinição das finalidades da educação.

Essa interferência assume novos contornos no biênio 2024-2025, período em que as publicações do Banco Mundial, como o relatório anual do *Education Finance Watch*<sup>4</sup>, redireciona o foco da expansão de acesso para a eficiência rigorosa dos gastos e para a recuperação acelerada

---

<sup>4</sup> Observatório de Financiamento da Educação.

da Pobreza de Aprendizagem, adquirida com a pandemia (*Learning Poverty*). Tais diretrizes aprofundam a lógica gerencial ao condicionar o suporte financeiro à obtenção de resultados mensuráveis imediatos.

Desse modo, este estudo tem como objetivo analisar a organização do Banco Mundial, seus principais objetivos institucionais e os mecanismos por meio dos quais exerce influência sobre as decisões estatais no âmbito educacional. Busca-se compreender de que forma suas diretrizes, financiamentos e condicionantes políticos contribuem para a coleta de dados bibliográficos relacionados à administração estatal, em específico a gestão gerencial, constatou-se que as interferências internacionais estão presentes nas ações estatais de forma evidente.

## REFERENCIAL TEÓRICO

As reformas educacionais implementadas no Brasil nas últimas décadas não podem ser compreendidas de forma dissociada da atuação de organismos internacionais que passaram a exercer influência crescente sobre as políticas públicas nacionais. Entre esses organismos, o Banco Mundial destaca-se pelo papel estratégico que desempenha na indução de reformas, especialmente por meio de financiamentos condicionados e da difusão de diretrizes voltadas à gestão e à organização dos sistemas educacionais. Considerando esse contexto, esta seção tem como objetivo analisar a atuação do Banco Mundial no campo educacional, destacando seus principais objetivos, estratégias e mecanismos de intervenção.

Segundo Romminger (2004) o Banco Mundial (BM) foi criado em 1944, nos Estados Unidos, com a proposta inicial de promover e financiar planos de estabilização estrutural. Ele é composto por cinco instituições internacionais:

- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);
- Associação Internacional de Desenvolvimento (AID);
- Sociedade Financeira Internacional (SFI);
- Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA); e
- Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI).

Esses organismos operam em diferentes frentes de trabalho e se complementam, inicialmente com o objetivo de promover o desenvolvimento por meio de empréstimos com juros baixos e prazos longos para a reestruturação dos países afetados pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Entretanto, segundo Pomeranz (2010) a partir de 1950 com a mudança do cenário

internacional, duas potências surgiram após a Segunda Guerra Mundial: os Estados Unidos da América (EUA), que defendiam o sistema capitalista, e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que se posicionava em prol do socialismo. Essas duas potências bélicas, com grandes arsenais de bombas atômicas, protagonizaram uma polarização de narrativas, visando disseminar suas ideologias para os demais países, num processo que se denominou de Guerra Fria (1947-1989).

Pomeranz (2010, p. 20) relaciona o fim da guerra com a capacidade de produção de armamentos:

A despeito dessa corrida, não houve guerra, no sentido bélico do termo, devido aos entendimentos para evitar um desastre nuclear, não obstante o esforço despendido por ambos os blocos, especialmente pelos países líderes, em desenvolver novos armamentos que neutralizassem contingentes superioridades armamentistas de cada lado. E foi nesse sentido que se associou a vitória do capitalismo à impossibilidade material da URSS de acompanhar a corrida armamentista, depois da ameaça de Reagan de levá-la ao espaço, através do seu programa Guerra nas Estrelas.

Ao se analisar a fala de Pomeranz (2010), o desfecho da guerra foi favorável ao sistema capitalista defendido pelos Estados Unidos, justificado pelo alto índice econômico apresentado em comparação à União Soviética, que ficou para trás na produção de armamentos.

Nesse período, apesar do Banco Mundial (BM) apresentar um discurso voltado à erradicação da pobreza e ao controle dos problemas ambientais, após 1950, sua atuação concentrou-se na busca pela aproximação dos países então em vias de desenvolvimento, procurando eliminar qualquer possibilidade de ampliação da ideologia comunista. Entre as estratégias utilizadas estavam as condicionantes, que vinculam os empréstimos à adequação das estruturas políticas, sociais e econômicas dos países em desenvolvimento da América Latina, aos moldes do modelo capitalista.

Segundo Cruz (2003, p. 10), a partir das propostas acordadas:

[...] o Banco Mundial criou novas determinações e metas, que os países devedores deveriam cumprir para a liberação de novos empréstimos, vinculando as negociações monetárias com adequação das estruturas econômicas e políticas, conforme os ideais neoliberais.

Desta forma, a instituição bancária na condição de financiador se beneficia estabelecendo regras de gestão para as organizações que firmam contratos de financiamento, moldando assim os países com maior dependência financeira de acordo com os interesses do capitalismo. Este

período histórico caracteriza-se pela intensificação das ações voltadas à continuidade do processo capitalista, direcionando-se à evolução do capital identificado como o “capitalismo neoliberal”.

Para Ianni (1998, p. 28) o neoliberalismo:

a liberação crescente e generalizada das atividades econômicas, englobando produção, distribuição, troca e consumo. Funda-se no reconhecimento da primazia das liberdades relativas às atividades econômicas como pré-requisito e fundamento da organização e funcionamento das mais diversas formas de sociabilidade, compreendendo não só as empresas, corporações e conglomerados, mas também as mais diferentes instituições sociais.

Essas características neoliberais estão direcionadas às ações iniciadas desde o fim da Segunda Guerra Mundial e intensificadas ao longo da história, representando uma utopia que abrange todos os setores da sociedade. Ianni (1998) afirma que é uma reforma que afeta os Estados, anula funções estatais, principalmente no setor econômico, com ênfase na privatização das empresas.

Ianni (1998, p. 28) ainda afirma que “[...] o poder estatal é liberado de todo e qualquer empreendimento econômico ou social que possa interessar ao capital privado nacional e transnacional”. Isso transforma a responsabilidade do Estado em ser apenas o fiscalizador do sistema, em conformidade às regras impostas internacionalmente. Ou seja, “[...] o que está em causa é a busca de maior e crescente produtividade, competitividade e lucratividade, tendo em conta os mercados nacionais, regionais e mundiais”. Regra de um jogo que teve sua largada ao final da Guerra Fria.

O evento ocorrido em Washington, capital dos Estados Unidos, reuniu representantes mundiais, como instituições financeiras internacionais, ministros da Fazenda, presidentes de bancos centrais e representantes de governos, com o propósito de fazer um balanço da economia, especialmente dos países dependentes economicamente de empréstimos exteriores para sua movimentação local. Durante a reunião, os participantes afirmaram a necessidade de reformas estruturais e de aplicação de um plano de estabilização econômica, ratificando a proposta neoliberal como condição para conceder novos empréstimos aos países periféricos (Silva, 2005, p. 256).

Como resultado, surge o documento internacionalmente identificado como Consenso de Washington, estruturado por John Williamson<sup>5</sup>, reconhecido como o precursor neoliberal que

---

<sup>5</sup> John Williamson, conhecido como o Pai do Consenso de Washington, economista e pesquisador do Institute of International Economics, sediado em Washington, para a convergência de pensamento sobre as políticas públicas

elaborou um protótipo de renovações a serem inseridas pelos países. Ele estabeleceu indicadores a serem seguidos com o objetivo de promover o livre comércio e introduzir o novo sistema capitalista nas regiões.

De acordo com Williamson (2002), os requisitos apontados no documento incluem disciplina fiscal; reordenamento das prioridades dos gastos públicos para áreas de maior retorno econômico; reforma tributária para repensar os mecanismos de arrecadação do Estado; manutenção de taxas; liberalização comercial para ampliar os horizontes de investimentos externos e privatização de empresas estatais, transformando o Estado em um Estado mínimo.

Dando continuidade a essa trajetória, as publicações de 2024 e 2025, como o Education Finance Watch, atualizam essas metas focando agora na 'eficiência rigorosa do gasto' e na recuperação da 'pobreza de aprendizagem' pós-pandemia, as diretrizes vigentes para reforçam a Educação Digital e a Resiliência Climática como novas frentes de expansão do mercado educacional. O Banco defende que a qualidade educativa depende da capacidade de gestão dos sistemas em otimizar recursos, incentivando Parcerias Público-Privadas (PPPs) para suprir carências de infraestrutura tecnológica, o que consolida a dependência dos Estados em relação a soluções corporativas.

A função estatal é cada vez mais reduzida e a privatização passa a ser a base de todo o movimento, uma vez que a empresa estatal deixa de movimentar o capitalismo, diminuindo assim a arrecadação. Portanto, a mudança no agente estatal propicia a independência de mercado, com limitações e manifestações estatais e alta competitividade na sociedade, transformando assim o papel do Estado no cenário atual.

## **Banco Mundial e a Educação**

No campo educacional, as intervenções do Banco Mundial têm se orientado para a reconfiguração da educação como instrumento estratégico do desenvolvimento econômico e social em escala global. Por meio de suas diretrizes e programas, o Banco Mundial passa a promover uma concepção de educação vinculada à adoção de modelos gerenciais considerados funcionalmente adequados aos distintos contextos históricos. Desse modo, evidencia-se a influência de organismos internacionais na formulação e na implementação das políticas

---

dos anos 1980, a partir dos governos de Ronald Reagan e George Bush. Disponível em: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-consenso-de-washington>. Acesso em: 30/08/2024.

educacionais, as quais tendem a se alinhar às demandas globais e aos objetivos de desenvolvimento estabelecidos no âmbito do capitalismo contemporâneo.

[...] educação é o maior instrumento para o desenvolvimento econômico e social, ela é central na estratégia do Banco Mundial para ajudar os países a reduzir a pobreza e promover níveis de vida para o crescimento sustentável e investimento no povo. Essa dupla estratégia requer a promoção do uso produtivo do trabalho (o principal bem do pobre) e proporcionar serviços sociais básicos para o pobre (Banco Mundial, *apud* Leher, 1999, p. 23).

Um marco nesse contexto foi a Conferência Mundial sobre Educação para Todos (EPT), também conhecida como Conferência de Jomtien, realizada em março de 1990 na cidade de Jomtien, Tailândia. O Banco Mundial foi um dos principais idealizadores do evento, que reuniu mais de 150 representantes de governos, agências internacionais e organizações não governamentais. O enfoque principal da conferência foi estimular reformas educacionais e promover a ampliação do acesso à educação de qualidade em todo o mundo.

Ao final da Conferência, foi assinado e aprovado um documento intitulado "Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, Jomtien (1990)". Esse documento estabeleceu o compromisso de garantir a universalização de uma "educação básica de qualidade" como um meio para promover uma sociedade mais justa. A proposta de reforma educacional, conforme destacam Evangelista, Moraes e Shiroma (2007), tinha como objetivo central disseminar a educação de forma a atender às necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças e adultos, e visa a inclusão e a equidade no acesso à educação.

Em decorrência da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, surgiram outros encontros incentivados por organismos multilaterais, incluindo:

- ✓ **Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI** - realizada em 1991, reunindo quatorze personalidades de diferentes âmbitos acadêmico-políticos, com o objetivo de refletir sobre a educação para o século XXI. Embora não houvesse representação direta do Brasil, houve uma expressiva participação do Banco Mundial.
- ✓ **Encontro realizado em Nova Delhi, na Índia, em 1993** - destinado a dar continuidade aos debates iniciados em Jomtien. Nesse encontro, os países mais populosos do mundo (Indonésia, China, Bangladesh, Brasil, Egito, México, Nigéria, Paquistão e Índia) reiteraram seus compromissos com as metas estabelecidas na Conferência EPT e estabeleceram o ano de 2000 como prazo para alcançar a universalização do ensino básico. O encontro em Nova Delhi ressaltou a necessidade de aprimorar a qualidade dos

programas de educação básica, embora a universalização até o ano de 2000 não tenha sido alcançada.

- ✓ **Fórum de Dakar, realizado em 2000** - reuniu 180 países com o objetivo de rever os objetivos propostos em 1990 e reafirmar o compromisso. Nesse encontro, foram estabelecidos novos objetivos formalizados no documento denominado "Marco de Ação de Dakar", desafiando-se a cumpri-los até 2015. Segundo Rabelo, Jimenez e Segundo (2015), as metas estavam direcionadas a garantir o fluxo de auxílio externo, facilitar a coordenação efetiva de doadores e realizar monitoramento por meio de avaliações periódicas.

Entre os compromissos coletivos estabelecidos em Dakar, destacam-se:

- I - Expandir e melhorar o cuidado e a educação da criança pequena especialmente das mais vulneráveis [...];
- II - Assegurar que todas as crianças, com ênfase em especial nas meninas e crianças em circunstâncias difíceis e pertencentes à minoria étnica, tenham acesso à educação primária, obrigatória, gratuita e de boa qualidade;
- III - Assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada às habilidades para a vida;
- IV - Alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos até 2015, especialmente para as mulheres e acesso equitativo à educação básica continuada para todos os adultos;
- V - Eliminar disparidades de gênero na educação primária e secundária até 2005 e alcançar a igualdade de gênero na educação até 2015, com enfoque na garantia ao acesso e ao desempenho pleno e equitativo de meninas na educação básica de boa qualidade;
- VI - Melhorar todos os aspectos de qualidade da educação e assegurar excelência para todos, de forma garantir a todos resultados reconhecidos e mensuráveis, especialmente na alfabetização, na aquisição de conhecimentos matemáticos e habilidades essenciais à vida[...]" (UNESCO, 2001, p. 8-9).

Na conferência de 2000, as principais questões estavam relacionadas à educação feminina, considerada como uma minoria desfavorecida, refletindo-se em quase todos os objetivos propostos. As estratégias previamente descritas visavam à realização das metas apresentadas sob a forma de compromissos.

Segundo Oliveira e Ferreira (2008, p. 35), os sistemas educativos presentes na América Latina estão diretamente associados aos compromissos assumidos nas conferências, refletindo-se em ações de descentralização, privatização e focalização. Nesse sentido, nota-se que as reformas educacionais na América Latina foram mais enfáticas nos anos 1990, sendo uma intensa transição na interligação econômica, política e social dos países.

Evidencia-se que na época da Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990), evento no qual o Brasil assumiu um compromisso internacional com a educação, o país estava

sob o modelo de gestão burocrática. Conforme descrito por Weber (1999), esse modelo se caracterizava pela organização e regulamentação de todas as ações estatais por meio de leis. Em resposta às exigências internacionais, o Brasil incorporou características que garantem o cumprimento dos compromissos assumidos no acordo. As reformas propostas pelo Banco Mundial como estratégia para incorporar as ações forneceram uma alternativa essencial para atender às demandas daquele período. Assim, por meio de mudanças legislativas, o Brasil buscou e continua a buscar formas de atender às necessidades externas e às exigências do momento histórico.

### **Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 1997**

Em 1997, o Banco Mundial publicou o "Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial", documento este amplamente disseminado para todos os países, especialmente aqueles em desenvolvimento. Neste ano, o Brasil já havia adotado o modelo gerencial, que embora ainda mantivesse algumas características do modelo burocrático, como a regulação por meio de reformas e leis, apresentava um viés mais flexível. Esse novo modelo gerencial permitiu uma abordagem mais adaptável e orientada para resultados, marcando uma evolução na administração pública brasileira.

O relatório aborda o verdadeiro papel do Estado em um cenário de transformação global. Por meio desse documento, o Banco Mundial procurava oferecer respostas para questões fundamentais sobre o papel do Estado, incluindo "[...] o que o Estado deve fazer", "[...] como deve fazer" e como realizar essas ações da melhor forma "[...] em um mundo que está se transformando rapidamente" (Banco Mundial, 1997, p. 3). Esse relatório pode ser visto como um reflexo da reconfiguração desejada para a ação estatal, e está registrado de maneira sistemática neste importante documento.

Ao examinar o texto do documento, descobre-se que na fase introdutória o relatório do Banco Mundial enfatiza que para alcançar um desenvolvimento real é necessário um "Estado efetivo, que desempenhe um papel catalisador e facilitador, incentivando e complementando as atividades das empresas privadas e dos indivíduos" (Banco Mundial, 1997, p. 3). Desde o início, o BM destaca a importância da presença do setor privado nas esferas estatais, uma presença que se torna cada vez mais proeminente ao longo do documento. Essa abordagem reflete as características do modelo gerencial adotado no Brasil, o que evidencia a crescente integração do

setor privado na administração pública e a ênfase na flexibilidade e na colaboração entre o Estado e o mercado.

O documento só reforça a importância de uma gestão que atue como facilitadora e catalisadora, criando condições para expandir o papel do setor privado em áreas anteriormente dominadas pelo setor público. Essa abordagem refletiu uma adaptação significativa na administração pública, onde o setor privado ganha cada vez mais espaço e influência.

No decorrer do documento, examina-se a forte presença dos Organismos Internacionais na estruturação desse novo modelo estatal, de acordo com relatório:

Está bem mais claro que os mercados e os governos são complementares, que a ação governamental pode ser vital no estabelecimento das bases institucionais para os mercados. Também está mais claro que a capacidade do governo de manter políticas adequadas pode ser tão importante para atrair investimentos privados quanto as próprias políticas. As empresas precisam de um ambiente que lhes permita distribuir recursos de maneira eficiente, aumentar a produtividade e introduzir inovações. E menos que confiem na continuidade de políticas razoavelmente estáveis, elas deixarão de investir e o ritmo de crescimento cairá (Banco Mundial, 1997, p. 43/48).

O documento elaborado pelo Banco Mundial (1997), sob a liderança de James D. Wolfensohn<sup>6</sup>, revela uma preocupação significativa em redefinir o papel do Estado. A ênfase é colocada na necessidade de uma presença estatal mais reduzida, porém, estratégica nas políticas econômicas.

O relatório defende um modelo de Estado que vai além da simples regulação, enfatiza a necessidade de facilitar e estimular a atividade econômica, característico do modelo gerencialista. Este modelo promove uma maior participação do setor privado, ajusta o papel do Estado para atender às demandas de um ambiente econômico global em rápida transformação. Nesse processo, as entidades internacionais, com destaque para o Banco Mundial, têm importante papel na reformulação das políticas e na implementação de práticas que visam fortalecer a interação entre o setor público e o setor privado. A influência desses organismos é evidente na forma como orientam e moldam as reformas, e promovem um modelo estatal mais integrado e adaptável às exigências globais.

Vale enfatizar ainda que este documento elaborado pelo Banco Mundial (BM) e assinado por James D. Wolfensohn, então presidente da instituição, ressalta que:

---

<sup>6</sup> James David Wolfensohn foi 9º Presidente do Grupo Banco Mundial, (1 de junho de 1995 - 31 de maio de 2000), nasceu em 1 de dezembro de 1933, em Sydney, Austrália, filho de pais que emigraram da Inglaterra. Ele estudou artes e direito na Universidade de Sydney. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/archive/history/past-presidents/james-david-wolfensohn>. Acesso em: 30/08/2024.

Não será fácil criar um Estado mais efetivo para apoiar o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza. Em qualquer situação, muitas pessoas terão interesse em manter o Estado tal como é, mesmo que isso traga maus resultados para o bem-estar de todo o país. Para superar essa oposição, será preciso tempo e esforço político. Mas o Relatório mostra que é possível abrir oportunidades para a reforma, com a ajuda de uma sequência cuidadosamente ordenada de reformas e mecanismos para compensar aqueles que saem perdendo (Banco Mundial, 1997, p. 4).

Observa-se uma preocupação em organizar e manter a presença do Estado em meio ao gerenciamento, porém com moldes diferentes. Assim, é evidente que o relatório incentiva a reformulação da participação do Estado, e promove uma presença mais reduzida e abre espaço para o capital privado. Um exemplo dessa abordagem é a utilização das Parcerias Público-Privadas (PPPs), que são formalmente integradas ao sistema por meio de legislações específicas. Tais parcerias exemplificam como as leis são adaptadas para facilitar a colaboração entre o setor público e o setor privado, alinhando-se com a visão de um Estado mais facilitador e menos interventor.

O Banco Mundial, reforça em seus discursos e relatórios a defesa de reformas institucionais como estratégia central para promover o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza, apresentados como prioridades da instituição. Com o objetivo de ampliar o engajamento social, o organismo reconhece a existência de possíveis resistências às reformas e as justifica como instrumentos fundamentais para a promoção da igualdade e do equilíbrio social. Nesse contexto, destaca-se ainda a ampliação das oportunidades para a iniciativa privada, especialmente por meio do uso de novas tecnologias, como parte integrante da agenda de reformas proposta.

Cada vez mais os monopólios públicos de infraestrutura, serviços sociais e outros bens e serviços em muitos países não têm condições para fazer um bom trabalho. [...] as inovações tecnológicas e organizacionais criaram novas oportunidades para provedores privados competitivos, em atividades até agora reservadas ao setor público. Para aproveitar essas novas oportunidades - e utilizar melhor a escassa capacidade pública -, os governos estão começando a separar o financiamento da infraestrutura e serviços da sua prestação e a isolar os segmentos competitivos dos serviços públicos dos segmentos monopólicos (Banco Mundial, 1997, p. 6).

Com esse entendimento advindo do BM (1997), a instituição parte do pressuposto de que o Estado é limitado em sua capacidade de atuação, não possuindo assim envergadura para fornecer produtos e serviços com qualidade, principalmente devido à modernização e ampliação das novas tecnologias. Dessa forma, surgem novas oportunidades para o setor privado. A

orientação para os países em desenvolvimento, como o Brasil, é reconhecer que o setor privado pode colaborar efetivamente com o Estado. Por meio de parcerias com provedores privados, é possível aproveitar a capacidade do mercado para oferecer serviços de maior qualidade.

Portanto, uma das orientações presentes no relatório é esclarecer que as instituições privadas não devem ser vistas como concorrentes do setor público, mas sim como parceiras que compartilham responsabilidades anteriormente exclusivas do Estado. Dessa forma, busca-se ajustar a atuação do Estado para “abrir as portas” à inserção das empresas privadas, e facilitar uma gestão mais integrada e eficiente.

No contexto de incentivar a participação do setor privado e estabelecer parcerias, o texto também destaca a importância de envolver a população, complementando que se deve:

Incentivar uma participação mais ampla na preparação e provisão desses bens e serviços por meio de parcerias entre o governo, as empresas e as organizações cívicas também podem melhorar a sua oferta [...]. Uma lição extraída de muitas experiências dessa natureza é de que a participação efetiva requer uma intervenção governamental informada, que inclua a melhoria do ambiente institucional em que se gera capital social e humano (Banco Mundial, 1997, p. 116).

Nesse entendimento, o Banco Mundial é convicto ao afirmar que a descentralização do poder e dos recursos do Estado é o melhor instrumento para ajustar os serviços públicos às preferências regionais, visando melhorar a capacidade de atuação estatal nas funções essenciais. Conforme Pronko (2014), “embora o relatório de 1997 tenha sacralizado o mantra da privatização, [...] para o ‘enxugamento’ da aparelhagem estatal, sua aplicação direta e descarnada em algumas áreas sociais, como saúde e educação, gerou alguns desconfortos governamentais”, visto que a população, nesse período, na maioria dos casos, entendia que a educação seria atribuição exclusiva e direta do Estado.

Levando-se em consideração os pontos de incentivo à descentralização apresentados no texto, afirma-se que para o governo conseguir uma estrutura organizada e auto suficiente, é necessário reduzir o tamanho do Estado, para que, inclusive, possa atender às exigências crescentes dos mercados globais. Essa perspectiva de um “estado mínimo” expõe a ideia de que o Estado precisa se ajustar, não necessariamente para melhor atender à população, mas sim para diminuir os investimentos e tentar manter o mínimo de qualidade nos serviços públicos. Quando não consegue manter essa qualidade, o governo realiza projetos em parceria com iniciativa privada, como uma forma de amenizar os impactos negativos. É nesse contexto que entram as

Parcerias Público-Privadas (PPPs), já que as empresas geralmente são responsáveis por manter essas parcerias.

## **METODOLOGIA**

Este estudo caracteriza-se como um ensaio de natureza qualitativa, fundamentado em pesquisa bibliográfica e análise documental. A investigação parte de uma abordagem crítica das políticas educacionais, buscando compreender os processos de reforma e reconfiguração da educação pública no contexto das transformações recentes do Estado.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada na análise crítica de produções teóricas e de documentos institucionais do Banco Mundial. A investigação examina relatórios, diretrizes e publicações voltadas ao campo educacional, com o objetivo de compreender as concepções, orientações e estratégias que subsidiam a formulação de políticas educacionais em escala global, especialmente aquelas direcionadas à consolidação de uma gestão educacional de caráter gerencialista, bem como os mecanismos de influência exercidos por esse organismo nas reformas educacionais contemporâneas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise da atuação do Banco Mundial (BM) no cenário educacional brasileiro, conforme delineado no referencial teórico, revela que as reformas implementadas nas últimas décadas não são eventos isolados, mas o resultado de uma indução estratégica de caráter neoliberal. Os dados históricos demonstram que, desde a Conferência de Jomtien (1990) até as diretrizes mais recentes de 2024 e 2025, houve uma transição deliberada do modelo de Estado provedor para o modelo de Estado gerente ou avaliador. Observa-se que o Brasil, ao internalizar as condicionalidades dos empréstimos internacionais, converteu o direito à educação em um serviço pautado pela lógica da eficiência e do mercado.

Um dos resultados mais evidentes dessa influência é a consolidação do gerencialismo na administração pública. Ao adotar o "Estado Mínimo" proposto pelo Consenso de Washington e detalhado no Relatório de Desenvolvimento Mundial de 1997, o governo brasileiro passou a priorizar a "eficiência rigorosa do gasto". Na prática, isso se traduz na implementação de

avaliações em larga escala e sistemas de metas que, embora apresentados sob o discurso da qualidade, funcionam como mecanismos de controle e ranqueamento. Essa discussão corrobora a tese de Ianni (1998) e Silva (2005), ao evidenciar que a função estatal foi reduzida à fiscalização, enquanto a execução pedagógica e administrativa é cada vez mais delegada ao setor privado.

## CONCLUSÃO

A análise desenvolvida neste estudo permitiu compreender que a atuação do Banco Mundial no campo educacional brasileiro transcende o simples suporte financeiro, configurando-se como uma força política e ideológica que redefiniu o papel do Estado. Ao longo da investigação, ficou evidente que as reformas implementadas a partir da década de 1990, fundamentadas no ideário neoliberal e no modelo de gestão gerencialista, transformaram a educação em um ativo estratégico para a estabilidade econômica e para o mercado, em detrimento de sua dimensão como direito social pleno.

Conclui-se que o alinhamento do Brasil aos compromissos internacionais, de Jomtien ao Marco de Ação de Dakar, embora apresente uma retórica de universalização e equidade, impôs uma padronização curricular e gerencial que limita a autonomia das redes de ensino. A educação básica, sob essa ótica, é reduzida à satisfação de necessidades mínimas de aprendizagem, moldando o sujeito para a resiliência e para a funcionalidade dentro do sistema capitalista contemporâneo.

Portanto, resta claro que a soberania das políticas educacionais nacionais encontra-se tensionada pelas condicionalidades desses organismos multilaterais. Superar esse modelo exige uma reflexão crítica que recupere a centralidade do Estado na garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade social, que não seja pautada pela lucratividade ou pela eficiência mercantil, mas pela formação humana integral e pela justiça social.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, A. **Banco Mundial e os rumos da educação**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2021.

BANCO MUNDIAL. **Aprendizagem para todos: investir nos conhecimentos e competências das pessoas para promover o desenvolvimento**. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2011.

BASTOS, R. M. B. Banco Mundial: aprendizagem para todos até 2020 – breves notas sobre uma estratégia de legitimação. In: **SEMANA DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO CEARÁ**, 2014, Fortaleza. *Anais* [...]. Fortaleza: Universidade do Ceará, 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, São Paulo, v. 120, n. 1, p. 7–40, 1996.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995. **Revista do Serviço Público**, São Paulo, n. 4, p. 5–29, 1999.

CRUZ, R. E. Banco Mundial e política educacional: cooperação ou expansão dos interesses do capital internacional? **Educar**, Curitiba, n. 2, p. 51–75, 2003.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: entre a dualidade e a negação da escola pública**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93–130, 2003.

GONÇALVES, S. da R. V. Interesses mercadológicos e o “novo” ensino médio. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 131–145, 2017.

LEHER, R. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 3, p. 1–25, 1999.

PRONKO, M. **O Banco Mundial no campo internacional da educação**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.

WORLD BANK. **Education Finance Watch 2024**. Washington, DC: World Bank, 2024.

WORLD BANK. **World Development Report 2024: The Middle Income Trap**. Washington, DC: World Bank, 2024.